



ISSN: 2595-5713
Vol. 04 | N°. 8 | Ano 2021

CINCO SÉCULOS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ÁFRICA-BRASIL

FIVE CENTURIES: SOME NOTES ON THE AFRICA-
BRAZIL RELATIONS

RESUMO: O presente trabalho visa, de uma forma geral, levar a cabo o levantamento de alguns apontamentos sobre as relações histórico-políticas entre o continente africano e o Brasil (*mainland* sul-americano). Volvidos mais de cinco séculos de relações e aproximações Brasil/África, cabe aqui lançar uma visão geral sobre como tais relações se deram em que, grosso modo, podemos assinalar três grandes momentos, a saber: séculos XVI-XIX, momento mais longo e de fortes relações; finais do século XIX até os anos 1950, etapa de “distanciamento” dessas relações; e dos anos 1960 até os dias de hoje, momento de constituição do que podemos apelidar de política internacional africana do Brasil propriamente dita.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Internacionais; Política internacional África/Brasil; Política Externa do Brasil.

**Deolindo de Barros
Jacques Mario Almeida Ié
Wilton Pedro Serrote**

ABSTRACT: The present paper aims, in general, to carry out a surveyor some notes on the historical relations between the african continent and Brazil (south american mainland). After more than five centuries of Brazil-Africa relations and approximations, it fits here an overview of how such relations took place, in which we can roughly point out three great moments, namely: 16th-19th centuries, the longest and strongest moment relations; the end of the 19th century until the 1950s, a stage of “distancing” from these relationships; and finally from the 1960s to the present days, a moment of constitution of what we can call the african international policy of Brazil itself.

KEY WOARDS: International Relations; International Policy Africa-Brazil; Brazil Foreign Policy.

Site/Contato

Editores

Ivaldo Marciano
ivaldomarciano@gmail.com

Alexandre António Timbane
alexandre.timbane@unilab.edu.br

Rodrigo Castro Rezende
rodcastrorez@gmail.com

CINCO SÉCULOS: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES ÁFRICA-BRASIL

Deolindo de Barros ¹
Jacques Mario Almeida Ié ²
Wilton Pedro Serrote ³

Introdução

Naturalmente que não se traduz em tarefa fácil tentar trazer um relato de mais de cinco séculos de laços históricos entre o continente africano e o Brasil em tão poucas páginas, o que acaba sendo a possibilidade de um artigo para o efeito. Nós, os arquitetos desse trabalho, assumimos esse risco e compromisso, como também indicamos que tudo o que podemos propor será, na medida do possível, pontuar os elementos e eventos mais fundamentais nessas mais de cinco centúrias de vínculos entre esses dois lados do Atlântico. Cabe assinalar que o artigo se centra mais numa análise de cariz meramente histórico-político, não tendo a pretensão de trazer uma abordagem propriamente analítica, conceitual e teórica dessas relações.

Pelo período de tempo em que o Brasil e o continente africano estão em contato, enfim, mais de quinhentos anos de relações internacionais entre esses dois pontos do globo, a pesquisa demonstra que afinal toda sorte de parcerias chegou a ser estabelecida entre o Brasil e seus parceiros africanos (restando saber se houve ou não grandes avanços, o que veremos ao longo do trabalho e no tópico das considerações finais), notadamente os congêneres lusófonos, ou seja, países africanos do mesmo modo colonizados por Portugal, e atualmente destacados consortes brasileiros na Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe. ⁴ Nesse período, a cooperação foi estabelecida nos mais diversos setores, científico e tecnológico, cultural e educacional, econômico e comercial, securitário e estratégico, sanitário e fitossanitário, dentre outros, especialmente a partir dos anos 1960/70 com a descolonização da África e surgimento de Estados-nação africanos, o que será tratado neste artigo na designada terceira etapa da aproximação Brasil/África, ou seja, dos anos 1960 em diante.

Como vamos assinalar no desenvolvimento da nossa pesquisa, Brasil e os países africanos não apenas foram submetidos aos terríveis e complicados processos de tráfico negreiro,

¹ Professor adjunto da UNILAB e doutor em Ciência Política. deolindo@unilab.edu.br

² Bacharel em Humanidades pela UNILAB. almeidajamaral2018@gmail.com

³ Mestrando em Economia Política Mundial na UFABC e graduado em Relações Internacionais. wiltonwilquel@gmail.com

⁴ Apenas a título de esclarecimento, ao contrário dos demais países que fizeram parte da CPLP desde que a mesma foi instituída em 1996, com sua sede em Lisboa, a Guiné Equatorial muito tardiamente ingressou nesta comunidade,

escravaria (especialmente no Brasil), colonização (de certo modo e/ou seguramente mais no continente africano), fenômenos esses que foram ainda posteriormente substituídos pelo neocolonialismo, imperialismo e, por último e atualmente, pela globalização, o que sugere analisar as relações internacionais desses atores levando em conta os constrangimentos que os mesmos enfrentaram (e enfrentam) tanto nas suas políticas de cooperação como na arena política internacional.

Devemos frisar que estamos tratando de unidades do sistema internacional localizadas nas chamadas semiperiferia e periferia do sistema internacional, ou seja, nem o Brasil e muito menos os países africanos atingiram ainda o nível mais elevado de industrialização e de desenvolvimento socioeconômico e humano, portanto, não são Estados do chamado centro sistêmico. Por não serem ainda Estados hegemônicos, isto é, aqueles que dispõem de mais recursos de poder (materiais e imateriais), a referir-se aqui mais concretamente ao poder real, não ao poder potencial que na realidade o Estado brasileiro e certos Estados africanos são detentores, digamos que já temos aqui algumas pistas para delinear e compreendermos os aspectos das relações políticas internacionais entre tais atores.

Ora, se antes, o Brasil e os países africanos estavam enquadrados no que era chamado de Terceiro Mundo, não há dúvida alguma que todos esses são agora definidos como do considerado Sul global, ou seja, países em vias de desenvolvimento, com muitas características em comum (notadamente baixos indicadores socioeconômicos, ausência de coesão social, a não unidade nacional em torno de objetivos, uma democracia competitiva e não cooperativa, desemprego, pobreza, corrupção, insegurança civil e social, fome etc.), o que pode ser um vetor impulsionador e facilitador de obtenção de ganhos na sua cooperação internacional. Naturalmente que na sua condição de país emergente, potência intermediária, o Brasil encontra-se melhor munido de dispositivos e recursos, o que pode ser vantajoso para os parceiros africanos que precisam superar as defasagens existentes em setores considerados cruciais para uma eventual alavancagem do processo desenvolvimentista.

Para além da introdução e das considerações finais, o artigo comporta três itens que visam trazer um panorama geral das relações histórico-políticas envolvendo o *mainland* sul-americano e os países africanos. O primeiro tópico debruça-se sobre os contatos iniciais Brasil/África, período mais longo que se estende do século XVI até o XIX, caracterizado basicamente pelo comércio (dito infame) que alimentava e sustentava a chamada economia atlântica. A parte seguinte ocupa-se da fase que vai dos finais do século XIX até aproximadamente os anos 1950/60, ou seja, podemos dizer do momento da Proclamação da

somente em 2014. Há também os membros não africanos, Portugal e Timor-Leste, este último, que aderiu em 2002, ano da sua independência.

República brasileira (1889) até a altura da “descolonização” da África e aparecimento dos nascentes Estados-nações africanos. O terceiro e derradeiro item, dedica-se à etapa que vem da década de 1960 até os tempos hodiernos, ciclo em que se pode verificar não somente o surgimento como também a consolidação da designada política africana do Brasil, em que comunidades políticas organizadas africanas da forma como conhecemos atualmente, estabeleceram os mais diferentes tipos de acordos de cooperação com o Brasil, isto é, as relações políticas internacionais a dinamizar as duas margens do Atlântico.

Primeiro ciclo: século XVI-século XIX

O objetivo desta primeira parte do artigo consiste em apresentar esta que é considerada não apenas a primeira como a maior fase de aproximação entre o Brasil e o continente africano, levando em conta as três grandes etapas que grosso modo algumas literaturas apontam nessas relações. Naturalmente que o nosso propósito aqui não é apresentar todos os elementos e fenômenos que aparecem nessas relações, mas fazer uma breve análise dos fatores mais essenciais que aparecem nos primeiros contatos entre as duas margens do Atlântico Sul (baixo e médio), por assim dizer, sem tampouco negligenciar que a natureza do trabalho sob a forma de artigo não daria conta de esmiuçar o assunto. Cabe pontuar que ao tratar das relações entre o que é hoje conhecido como Brasil e o continente africano, no período do século XVI ao século XIX (aproximadamente de 1500 a 1880), estamos nos referindo a um momento em que em nenhuma dessas duas regiões existia a ideia de Estado-nação da forma como a conhecemos hodiernamente, haja vista que a figura de Estado apenas viria a surgir mais tarde, isto é, nos idos do século XVII com a assinatura do Tratado de Vestfália, em 1648. Sendo assim, tratava-se de um momento em que o continente africano era composto de seus diversos e fabulosos reinos e impérios, enquanto que o Brasil se reduziria num vasto território composto igualmente por diversos povos originários, também culturalmente ricos, e que começaria a sofrer a influência e domínio do império colonial português.

Acreditamos que para aqueles que conhecem, minimamente, tanto a história do continente africano como a do *mainland* sul-americano, como também a história da política internacional do Brasil para com a África, não haveria muitas dúvidas e hesitações no que tange à qual seria o principal assunto que envolveu esses dois agentes no decorrer dos primeiros quatrocentos anos desses já pouco mais de cinco séculos de aproximações entre a África e o Brasil. Indubitavelmente, o que está na base e fundamento desse primeiro grande vínculo é o fenômeno do comércio negreiro e, conseqüentemente, da escravaria nas Américas. Desafortunadamente foi o escravagismo o fator inicial da relação entre a África e o Brasil, em

que com a chegada dos portugueses ao continente africano, ainda no decorrer do século XV, acrescidos da “descoberta” do Brasil no ano de 1500 e da abertura deste já nos decênios iniciais do período quinhentista, que se observa o início do processo da escravização de homens e mulheres de África no chamado Novo Mundo (nas Américas). Isto foi prenúncio do que pouco mais tarde transformaria o Brasil num grande palco da chamada escravização atlântica europeia moderna, na medida em que o país acabou por ser aquele que mais recebeu escravos no mundo, e igualmente o último do Ocidente a “abolir” a escravidão.

A migração forçada de africanos através do Atlântico ganhou contornos expressivos com o início da colonização das Américas no século XVI. Na sua base, esteve a necessidade do colonialismo europeu de alavancar a mineração e a agricultura comercial nas colônias espanholas e portuguesas. Não há, portanto, como dissociar o tráfico atlântico da demanda por mão de obra, sobretudo depois do declínio demográfico dos povos indígenas americanos. Na primeira metade do século XVI, quando populações indígenas eram escravizadas ou submetidas a trabalhos forçados, cativos africanos já eram transportados para a região. Contudo, seria com o brutal declínio das populações indígenas, vítimas das violências coloniais, que a África se tornaria uma fonte de mão de obra escrava para as Américas (FERREIRA, 2018, s/p).

Foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a África voltou a ser integrada, mesmo que timidamente, na pauta da política externa brasileira. Regresso, portanto, bastante tardio, haja vista as estreitas relações entre o Brasil e o continente africano durante os séculos XVII e XVIII e a primeira metade do século XIX. Neste período registra-se um intenso intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, envolvendo relações comerciais e transposição populacional de envergadura, em decorrência do tráfico de escravos que perdurou até a década de 1850 (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 58).

Volvidos cerca de quatro séculos de comércio negreiro entre o continente africano e as Américas, mais precisamente o Brasil, é de se calcular que até quinze milhões de africanos cativos vivos aportaram o Novo Mundo, em que apenas o Brasil recebeu quase a metade deles, alguns estudos apontam cerca de 46%, isto é, pouco menos de seis milhões de almas africanas forçosamente trazidas para este país. Há aqueles ainda trucidados no processo de captura, a dura travessia do *hinterland* africano até a costa, o armazenamento nos fortes e feitorias e durante a penosa, desumana e longa viagem pelo Atlântico, o que poderia demorar semanas e/ou até mesmo meses, e os números estimados entre 60 milhões a 100 milhões de vítimas fatais. Estudiosos do tema chegam mesmo a assinalar que de 1500 até mais ou menos a altura de 1880, de cada cem estrangeiros que entraram no Brasil 86 eram africanos e 14 eram portugueses, o que mostra a magnitude e a dimensão do tráfico atlântico envolvendo África, Europa e Américas, ou

seja, o quanto foi intensa, dramática e assombrosa a mobilidade forçada de homens e mulheres de África para a terra *brasilis*.⁵

O tráfico transatlântico de escravos africanos tomou no Brasil uma dimensão inédita no Novo Mundo. Do século XVI até 1850, no período colonial e no imperial, o país foi o maior importador de escravos africanos das Américas. Foi ainda a única nação independente que praticou maciçamente o tráfico negreiro, transformando o território nacional no maior agregado político escravista americano. Consubstancial à organização do império do Brasil, a intensificação da importação de escravos africanos após 1822 explica a longevidade do escravismo até sua abolição, em 1888 (ALENCASTRO, 2018, s/p).

Para o insigne historiador africanista brasileiro Alberto da Costa e Silva (2008) (Para muitos, inclusive, o maior historiador africanista brasileiro e, quiçá, o maior em língua portuguesa), a economia atlântica (negreira) foi estruturada nos moldes em que a Europa disponibilizou o capital, a África forneceu a mão-de-obra (trabalho) e as Américas a terra, assim reunindo as condições para que o escravagismo dos africanos se estruturasse e funcionasse no Novo Mundo, Isto mostra, em certa medida, que para a África o custo foi o mais elevado. Importante frisar que um dos corolários disso tudo consiste na alta concentração de terras (latifúndios) pelos descendentes dos europeus no Brasil, até mesmo tornando a questão da terra fundante e crucial no país em tela, o que não poderia ser diferente na medida em que este país é seguramente o exemplo mais acabado e concreto do que seria uma “colônia de plantação” (*plantation system*), com a escravidão, o latifúndio e a monocultura como os três grandes alicerces da sua economia escravagista/colonial.

Após a escravatura servir de pilar dos fortes e estreitos vínculos Brasil/África durante quatro séculos, nota-se igualmente o quanto a sociedade brasileira ficou fortemente marcada pelas heranças históricas, culturais e religiosas dos povos africanos, a ponto de levar o historiador Alberto da Costa e Silva a assinalar categoricamente que é impossível compreender o Brasil sem levar em conta o legado de África neste país. De fato, podemos facilmente constatar o quanto a cultura, religiões e espiritualidades, língua, música e arte, culinária e estética da sociedade brasileira expressam traços culturais existentes no continente africano. Enfim, os valores culturais africanos aparecem nas mais diferentes dimensões e esferas da vida do povo brasileiro a depender, naturalmente, de região para região, em que algumas referências

⁵ De ressaltar que foi exata e justamente o comércio negreiro atlântico que gerou a maior mobilidade forçada de seres humanos já visto (THORNTON, 2004), e o povos africanos constituem-se como aqueles que foram mais humilhados durante toda a história da humanidade (KI-ZERBO, 2006), o que levar-nos-ia a concluir que nada haverá um dia que possa indenizar todo o sofrimento (físico e moral, sobretudo este último) infligido aos homens e mulheres de África no contexto do tráfico negreiro, escravagismo e colonização, pensando ademais os desdobramentos desses catastróficos eventos nos fenômenos do racismo, preconceito, discriminação racial e necropolítica atualmente (ainda) reinantes.

bibliográficas apontam a região Nordeste, notadamente o estado da Bahia, como o *locus* onde tais valores mais se destacam.

Seguindo nessa esteira, cabe pontuar aqui que o Brasil é atualmente a segunda nação mais negra no mundo após a Nigéria e a primeira fora da África.⁶ Com base nos dados de 2020, o país conta hoje com aproximadamente 212 milhões de habitantes, dos quais cerca de 120 milhões são considerados negros, ou seja, pretos e pardos, 9% e 47% respectivamente da sociedade brasileira. Os considerados brancos são cerca de 43% e os chamados amarelos e índios somam mais ou menos 1%.

O Brasil constitui, juntamente com os EUA, Haiti, Cuba e Colômbia, os cinco países com maiores contingentes de negros nas Américas. Ao invés dos EUA, onde o escravismo deu-se de forma mais localizada (diga-se de passagem, no Sul dos EUA), sem necessariamente chegar a expandir-se para todo o território, no Brasil a escravaria foi generalizada e nacionalizada, atingindo praticamente todo o território nacional. Mas, esse processo aconteceu cíclica e forçadamente em diferentes regiões do Brasil, a saber: séculos XVI-XVII, com o cultivo de cana de açúcar na Bahia e Pernambuco⁷; século XVIII, com a exploração de ouro e diamante (minerais) em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso; e por último, no século XIX, com a produção do café em São Paulo e Rio de Janeiro (SEIBERT, 2019).

Mas, de todos esses ciclos, o que mais chama a atenção é o século XVIII, momento que, como estabelece Costa e Silva (2008), é o chamado século do escravagismo, na medida em que é neste período que a metade dos escravizados aportou o Novo Mundo, evidenciando uma vez mais como a descoberta do tão precioso metal (o ouro) no Brasil provocou uma demanda desenfreada pela mão de obra africana. No intuito não apenas de explicitar os meandros e dinamismos do comércio de escravos africanos, mas do mesmo modo entender o quanto isso afetou o continente negro nas suas mais diversas dimensões, inclusive até os dias de hoje, nota-se que das cinco grandes regiões africanas, duas foram mais afetadas nesse processo, que são a África do Oeste e a África Central, em que 80% dos escravos saíram forçadamente dessas duas regiões rumo ao além-mar (às Américas). A África Ocidental é compreendida entre os atuais Gana e Nigéria, enquanto que a África Central alargava-se do Gabão à região austral de Angola (FERREIRA, 2018).

Seguindo com a precisão cada vez mais dos dados referentes ao Brasil, constata-se que da região ocidental, constituída pela baía de Benin e pelo golfo do Biafra, partiram 999.600 cativos, e, por seu turno, da região central, especialmente Angola, 3.656 milhões de deportados

⁶ Porém, haja vista o exponencial crescimento populacional de alguns países africanos, podemos considerar que muito em breve o Brasil pode perder o posto de segunda nação mais negra no mundo, apesar de seguramente não deixar tão cedo de ser a primeira mais negra fora da África.

⁷ Cabe pontuar que Pernambuco foi o maior produtor de cana-de-açúcar durante o ciclo colonial.

desembarcaram no Brasil, o que representa 75% de todos os desembarques. Ademais, da Senegâmbia e partes do golfo de Guiné saíram 188.400 escravos, e quanto à África Oriental (particularmente de Moçambique), a esmagadora maioria, 95%, aportou o Brasil já muito mais tarde, isto é, na primeira metade do século XIX (a partir da chegada da família real em 1808), e sobretudo ao Rio de Janeiro, 82% (ALENCASTRO, 2018).

Tanto na Costa da Mina quanto na África Central, os embarques de escravos eram direcionados sobretudo ao Brasil, que recebeu um número de africanos cativos quase dez vezes maior do que as colônias inglesas da América do Norte e apenas comparável àquele recebido pelo Caribe. Para explicar o porquê da proeminência brasileira, é preciso considerar diversos fatores. Em primeiro lugar, as duas regiões tinham óbvia proximidade geográfica com o Brasil, e os contatos marítimos eram favorecidos por correntes e regime de ventos no Atlântico. Em segundo lugar, a Costa da Mina e sobretudo a África Central gravitavam na órbita de influência luso-brasileira, algo que se tornou ainda mais acentuado à medida que várias nações européias se retiraram do tráfico atlântico, a partir de fins do século XVIII (FERREIRA, 2018, s/p).

Motivos outros podem, todavia, ser apontados no sentido de explicar o fato de o Brasil tornar-se maior receptor de cativos africanos. Observa-se que o Brasil ingressou de forma direta e determinante no comércio negreiro, não somente Portugal, de modo que o próprio Brasil assumiu o controle de tal comércio, levando ao fato de Inglaterra, França, Holanda etc. passarem a ter mais participação na economia escrava atlântica do que Portugal. Enfim, o Brasil transacionava diretamente com Angola (cerca de 70% de africanos desterrados para as Américas tiveram suas origens na região dos atuais países nomeados por Angola e Congo), em que mercadorias eram intercambiadas mutuamente, chegando até mesmo ao ponto de Rio de Janeiro/Luanda registrarem saldo comercial maior do que Lisboa/Luanda. Em suma, Rio de Janeiro e Luanda transformaram-se em centros negreiros atlânticos mais proeminentes.

Em que pese os fortes vínculos África/Brasil entre o período quinhentista e oitocentista, evidentemente com o comércio negreiro estribando tais relações, observa-se que o Brasil estabeleceu com o continente africano relações diplomáticas reduzidas no decorrer de seu ciclo imperial (1822-1889).

Em 1822, com a independência, verifica-se o primeiro distanciamento por imposição de Portugal quando das negociações para o reconhecimento do Brasil. A Grã-Bretanha, no embalo do reconhecimento, também tentou impor restrições ao tráfico negreiro, principal atividade econômica que ligava o Brasil à África no século XIX. No entanto, mesmo com os tratados relativos à questão do reconhecimento, o Brasil continuou se relacionando expressivamente com a África, notadamente a Atlântica (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 58).

Depois de 1850, quando definitivamente encerrou-se o comércio de escravos, houve o esfriamento das relações entre o Brasil e as regiões africanas que até então abasteciam o país com a mão-de-obra escravizada. Com efeito, observa-se

um segundo distanciamento com relação à África e, dessa vez, muito mais duradoura, haja vista que essa ruptura silenciosa permaneceu por praticamente um século. A explicação para esse fenômeno é complexa e envolve uma série de fatores que escapam ao âmbito deste trabalho. Citem-se, somente, dois fatores que servem para ilustrar algumas das razões dessa distância: 1) por um lado, ocorreu, em fins do século XIX, a penetração europeia e o conseqüente “fechamento” do continente africano ao mundo, de acordo com a lógica inerente ao sistema colonial, fato que sucedeu o gradual abandono de exportação de mão-de-obra escrava que era, afinal, a principal atração econômica da África para o Brasil; 2) por outro lado, a orientação da política exterior brasileira, que de meados do século XIX em diante privilegiou a imigração europeia e tentou apagar da memória nacional as relações com a África, sobretudo o legado escravo-africano deixado no Brasil por séculos de trabalho forçado, também contribuiu para que o Brasil se afastasse da África (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59).

De salientar que as passagens acima apontam não apenas os fatores do começo da redução do comércio negreiro para o Brasil durante o período monárquico (1822-89), como também alguns elementos explicativos do distanciamento nas relações entre o Brasil e o continente africano, distanciamento este que marca de forma mais enfática e sintomática o chamado segundo ciclo dessas relações, ou seja, entre finais do século XIX, momento marcado pela abolição da escravaria no Brasil (1888), proclamação da República (1889), início da colonização da África (Conferência de Berlim de 1884-5) que isolou a África no sistema internacional, até os anos 1950 com o surgimento de nacionalismos e movimentos de emancipação e, conseqüentemente, a “libertação” do continente africano do jugo colonial.

Segundo ciclo: século XIX (finais) até os anos 1950/60

Historicamente, “os laços que unem África e Brasil são antigos e estão ligados à ocupação portuguesa das duas margens do Atlântico e ao tráfico de escravos que daí resultou” (VISENTINI, 2010a *apud* MEDEIROS, MACHADO, CANAL; NUNES, 2013, p. 15). Nas relações entre o Brasil e o continente africano, o período compreendido entre os finais de século XIX e os anos 1950 é marcado pelo afastamento da política externa brasileira ao continente. A compreensão do distanciamento do Brasil ao continente africano se repara pela postura adotada pelo país perante os processos de descolonização do continente, que representava o principal problema para a emancipação da África (libertando da colonização das antigas metrópoles colonizadoras); em detrimento da sua agenda desenvolvimentista, sendo dependente das antigas potências imperiais; e em especificamente sendo subordinado por Portugal. E esse distanciamento foi aprofundado, sobretudo, na segunda metade do século XIX, mas com a “intensificação da colonização no continente africano, que ocorre durante a corrida imperialista europeia” (MEDEIROS, MACHADO, CANAL; NUNES, 2013, p. 15-16).

Com relação ao complexo fenômeno de colonização ou descolonização, a posição do Brasil parecia equidistante, pois considerava suas relações históricas com Portugal e compreendia (sem priorizar) a importância que a questão da descolonização das nações africanas representava nas relações internacionais, e como também para sua projeção internacional. Segundo Penna Filho e Lessa (2007), o Brasil possuía laços especiais com a ex-metrópole, oficializados, inclusive, por meio de um Tratado de Amizade e de Consulta (celebrado em 1953). Esse tratado obrigava o Brasil a não assumir uma postura agressiva com relação a Lisboa, isto pensando no processo de luta de descolonização da África. Consequentemente, apesar de que existiam as estreitas relações (fortemente motivadas pelo tráfico de escravos) entre o Brasil e o continente africano durante os séculos XVI e XIX, dos finais de século XIX até a década de 1950 o continente não estava nos interesses políticos do Brasil, como apontam os autores acima citados:

Durante o século XX, pelo menos até 1960, a política externa brasileira praticamente ignorou o continente africano, voltando-se para a América e a Europa, áreas privilegiadas nas relações internacionais brasileiras. Tanto no plano político quanto no econômico o Brasil relegou a África ao esquecimento (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 58).

Esse distanciamento, na verdade, começou a ser marcado por dois grandes momentos (históricos) bem anteriores. O primeiro aconteceu em 1822, aquando da independência do Brasil, e é motivado por imposição de Portugal quando das negociações para o reconhecimento do Brasil e pelas restrições que a Grã-Bretanha colocava ao tráfico de escravos; já o segundo momento, que aconteceu depois do ano de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), foi caracterizado com o fim de comércio de “escravos”. A Inglaterra foi o protagonista desse processo que economicamente não era favorável aos interesses brasileiros. O fim desse comércio “levou países europeus, sobretudo a Inglaterra, a iniciar no século XIX o combate ao comércio de africanos escravizados, quando se passou a ser nomeado como tráfico de almas ou infame comércio” (LIMA, 2018, p. 260).

Entretanto, o Brasil não enxergava isso com bons sentimentos, porque, ainda segundo a mesma autora, “a escravidão foi-se tornando um fator de instabilidade e de insegurança para os proprietários de terras e homens de negócios em uma região de população branca reduzida”. Naquela época, a postura britânica perante o tráfico humano, relacionado à colonização do continente africano, tinha suas específicas interpretações no Brasil. Assim, o ano seguinte ao fim do tráfico de escravizados, o ano 1851 assinala, na perspectiva brasileira, “o início da colonização da África pelas grandes potências européias” (SILVA, 1994, p. 31), sobretudo considerando os interesses ingleses no continente.

Interesses que mobilizavam os ingleses de se lançarem sobre a África, não mais para obterem a mão de obra escravizada, mas para conseguirem seus recursos naturais, matérias-primas e metais; e para plantarem em solo africano, sob o comando e controle de empresas colonizadoras, os produtos agrícolas de clima tropical (LIMA, 2018, p. 261).

Nesse período o Brasil se distanciou da África porque parou de receber a mão-de-obra escrava, oriunda do continente africano, e que abastecia o sistema produtivo e a economia brasileira.

Durante muito tempo, e de forma equivocada, explicou-se o empenho inglês em combater o tráfico de escravos pelo interesse de formar um mercado consumidor para produtos industriais ingleses. Essa idéia não resiste a algumas ponderações básicas: combater o tráfico não significava terminar a escravidão, nem mesmo na África. E mesmo que isso viesse a ocorrer como consequência a médio prazo – no Brasil demorou trinta anos – o ex-escravizado não necessariamente viraria um consumidor de produtos ingleses ou de outra parte (LIMA, 2018, p. 262).

Ademais, observa-se que todo esse distanciamento era motivado por fatores cujas repercussões impactavam o sistema de mercado mundial na época e, em específico, a projeção internacional e a “reformulação” da cultura nacional brasileira. Os principais fatores são: “a penetração européia e o ‘fechamento’ do continente africano ao mundo, [...], fato que sucedeu o gradual abandono da exportação de mão-de-obra escrava que era [...], a principal atração econômica da África” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59); e a orientação da política externa brasileira, nos meados do século XIX que, com a sua política de embranquecimento da população, privilegiou a imigração européia, na tentativa de expurgar suas relações (marcadas por escravidão) com a África, algo que também contribuiu para esse distanciamento brasileiro (PENNA FILHO; LESSA; 2007). Ainda de acordo com Oliveira (2009, p. 146), “o caráter periférico, dependente, atrasado e colonial da inserção da economia brasileira nos quadros do mercado mundial exerceu e exerce influência decisiva tanto sobre o processo de modernização quanto no que se refere às relações internacionais.”

Entretanto, no século seguinte, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), a África voltou a ser o centro de interesse do sistema mundial, “fato comprovado pelos debates e discussões que surgiam no âmbito da ONU” (SARAIVA, 1987, p. 87 apud PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59). Nessa época, o Brasil não parecia totalmente distante da África, pois estabelecia relações com a União Sul-Africana. Como assinalou Bitelli (1989) apud Filho e Lessa (2007, p. 60), no final desse conflito mundial, o Brasil adotou uma postura estratégica com relação à questão da descolonização da África: reconhecer, posteriormente, os novos Estados

surgidos, com destaque nos anos 1960. Mesmo assim, a política externa brasileira durante os anos 1950, apesar de uma posição governamental ambígua, não passou totalmente ao largo do processo de descolonização africano; houve o respeito do movimento pela emancipação das antigas colônias. Entretanto, pelo menos nesse mesmo período, 1950, o Brasil parecia mais posicionado em favor ao colonialismo do que para a libertação dos povos africanos. Bem como observam Medeiros, Machado, Canal e Nunes (2013, p. 16), “o país demonstrava uma postura pró-Portugal em fóruns multilaterais, colocando-se contra a descolonização das colônias portuguesas no pós-Segunda Guerra Mundial”, logrando, internamente, barganhar o apoio eleitoral da comunidade lusitana radicada no Brasil, de acordo com esses autores.

Entretanto, a posição do Brasil parecia mais ambígua que clara. Essa ambiguidade se verifica em diferentes posturas das autoridades brasileiras em relação à descolonização do continente africano. Um dos fatos que dão prova disso é que na década de 1950 [...] o Brasil apoiou a França na questão colonial, apesar de o Itamaraty, no início do Governo Vargas, ter assumido uma postura de relativa equidistância com relação ao tema das colônias francesas, especificamente os atuais Tunísia e Marrocos. Tais posturas se explicam, sobretudo, pelos objetivos do desenvolvimento acelerado adotado no governo Kubitschek, que privilegiou as relações com as nações economicamente desenvolvidas, nomeadamente a França, colocando a política exterior do país a serviço do desenvolvimento acelerado (PENNA FILHO; LESSA, 2007). Logo, a questão da descolonização africana ficou em segundo plano. O Brasil acompanhou, passivamente, a descolonização desses e dos demais territórios africanos, com a sua política de distanciamento e de apoio discreto às potências coloniais, principalmente Portugal.

Mas, estrategicamente “o governo do Brasil seguiu a tendência de reconhecer os territórios recém-independentes ao mesmo tempo em que o Itamaraty iniciou estudos sobre a realidade africana, parcamente conhecida até então. É também relevante a observação feita por Júlio Bitelli sobre a explicação do chanceler Horácio Lafer a respeito do entendimento que o Brasil possuía da África no final dos anos 1950. Segundo esse chanceler: ‘não podendo fugir às imposições da conjuntura internacional, [...] resolveu o governo brasileiro criar missões diplomáticas na Tunísia [...] e no Marrocos’” (BITELLI, 1989, p. 178) apud (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 62). Com relação a esse distanciamento do Brasil, havia posições contrárias que olhavam a África com sentimentos solidários. Consequentemente, na insistência para a reformulação da política externa brasileira para a África,

Oswaldo Aranha foi um dos primeiros a se manifestar a favor da revisão da política exterior do Brasil, a qual, segundo sua percepção, deveria se libertar dos esquemas elaborados pelas grandes potências, numa referência direta ao bipolarismo em voga nos anos 1950. Aranha chegou a enviar uma carta ao

presidente Kubitschek, tecendo comentários diretos sobre a posição do Brasil frente ao problema colonial” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 62).

Para perceber esse sentimento e posicionamento contra o bipolarismo, façamos a análise do discurso de Aranha, numa carta endereçada ao então presidente Kubitschek; na carta Aranha escreveu:

Nossa atitude, em favor das potências coloniais, mas contrária à nossa formação, às nossas tradições e em conflito até com sentimentos humanos [...] muito enfraquece nossa posição e reduz nossa autoridade, mesmo entre os países latino-americanos. Cingi-me à letra de nossas instruções, mas, agora, julgo-me no dever de aconselhar uma revisão dessa orientação internacional. Criou-se um estado de espírito mundial em favor da liberação dos povos ainda escravizados e o Brasil não pode contrariar essa corrente sem comprometer seu prestígio internacional e até sua posição continental (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 62-3).

Nas manifestações de Aranha, percebe-se que o posicionamento sobre o qual ele aconselhou o governo a adotar, estava se referindo não só à indagação sobre a solidariedade humana brasileira para com os povos africanos, mas também se preocupava mais com a projeção do país tanto na sua sub-região quanto no então cenário internacional. Entretanto, José Cochrane de Alencar, então embaixador brasileiro na Índia,

salientava nos ofícios remetidos à Secretaria de Estado que o fenômeno da descolonização era uma grande oportunidade para o Brasil ampliar os horizontes de sua política exterior, inclusive em conformidade com a diretriz do presidente Kubitschek de “imprimir maior dinamismo à política exterior do Brasil”. Sua sugestão à Secretaria de Estado era que o Itamaraty deveria adotar uma série de medidas de impacto na opinião pública nacional e internacional (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 64).

Terceiro ciclo: anos 1960 em diante

As relações Brasil-África são datadas desde o período colonial (séculos XVI-XIX), sendo este concebido como o primeiro elo estabelecido entre o Brasil e o continente africano, especialmente aprofundado pelo tráfico de escravos. Esta aproximação se deu em vários aspectos como cultural, político, econômico etc., que culminou na formação do Estado brasileiro pós-independência. Ou seja, o continente africano, por intermédio da colonização, teve um papel importante na formação e construção da sociedade brasileira. Esta aproximação permitiu ao Brasil, durante a década de 1960, estreitar ainda mais os seus laços com a África, na perspectiva da sua Política Externa Independente (PEI), baseadas no não alinhamento às potências do Sistema-Mundo e “na política dos “3Ds” (desenvolvimento, descolonização e desarmamento)

que sustentava o princípio anticolonial e era defensor da autodeterminação dos povos” (RIZZI; BUENO, 2019, p. 135-36).

No entanto, essa aproximação com o continente parecia ambígua visto que nunca foi estável, numa altura em que Brasil e Portugal haviam estreitado um alinhamento político devido ao Tratado de Amizade e Consulta (TAC) assinado em 1953, como afirmam Rizzi e Bueno (2019). Percebe-se que o Brasil relegou a África ao esquecimento durante muito tempo, período este que o país tinha como prioridades estreitar relações com a América do Norte e o Leste europeu, na justificativa de que seria uma parceria mais benéfica para a economia brasileira. Neste entrelaço das relações, destacam-se também a aproximação com Portugal por intermédio do TAC e África do Sul como mecanismo de aproximação ao continente africano. Esta relação Brasil-Portugal e África do Sul acabou por se tornar muito instável no cenário internacional, numa altura em que se defendia na ONU o abandono a todo tipo de prática colonial e escravagista por parte do governo português salazarista, bem como o fim do regime do Apartheid na África do Sul e da tentativa de anexação da Namíbia.

Ainda na década de 1950, o Sistema-Mundo começou a se debater com algumas mudanças desde o final da II Guerra Mundial, e com o advento da Guerra Fria se reuniam em Bandung (Indonésia) alguns países, na altura chamados de terceiro-mundistas, a fim de pôr em prática um plano político-econômico e ideológico que pudesse fazer frente aos já existentes blocos capitalista e socialista. Essas mudanças no Sistema Internacional “levaram o Brasil a revisar o eixo de sua política externa, como resultado das alterações das possibilidades de inserção internacional do país” (RIZZI; BUENO, 2019, p. 137). O ano de 1960, com o advento da independência de mais de 16 países africanos, “foi, inclusive, considerado pelas Nações Unidas como o ano da África, alusão ao nascimento dos novos Estados” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 60). O Brasil, por intermédio do seu presidente Jânio Quadros, passou então a formular aquela que viria a ser a sua PEI. Importante ressaltar que os primeiros preceitos desta política já se postulavam, ainda que de maneira bem tímida, nos governos Vargas e Kubitschek, mas, foi mesmo Quadros com a sua perspicácia, que se viu na necessidade de um forte alinhamento brasileiro com as nações do 3º mundo.

A partir daqui notou-se então um aumento progressivo das relações Brasil-África, ainda que ambígua, isso se levarmos em conta a teoria e a prática. De acordo com Vizentini (2004, p. 20),

a Política Externa Independente se baseia nos seguintes critérios: 1- a defesa da paz, coexistência pacífica e desarmamento progressivo; 2- garantia da autodeterminação dos povos e soberania dos Estados, conforme o Direito Internacional; 3- emancipação dos territórios dependentes e dominados; 4-

autonomia no planejamento econômico e de desenvolvimento nacional; 5- expansão e diversificação dos mercados receptores de produtos brasileiros.

Ainda dentro dessa onda da PEI, os autores abaixo pontuam que:

Neste arcabouço, cuja solução brasileira acaba sendo a adoção de uma política externa desenvolvimentista, autonomista, nacionalista e emancipatória, a Política Externa Independente representa não apenas grande lucidez e capacidade de adaptação e percepção das demandas internas, mas também das possibilidades do meio internacional para satisfazê-las (FREITAS; ALVES; VIEIRA, 2019, p. 91).

Foi na década de 1960, na Política Externa Independente do governo Jânio Quadros, que o Brasil se voltou para África, criando assim, em 1961, a:

Divisão de África no Itamaraty e a abertura de três embaixadas em países africanos: Accra (Gana), Dacar (Senegal) e Lagos (Nigéria)⁸. É válido destacar também que a embaixada de Gana recebeu o primeiro embaixador negro brasileiro, o jornalista Raymundo de Sousa Dantas (SCHLICKMANN, 2017, p. 205-206).

Se de um lado a PEI via na África a possibilidade de o país exercer a sua influência no Sistema Internacional, do outro lado, havia uma pressão enorme por parte do Congresso no estreitar dos laços com o continente africano, criando assim uma crise popular. Estas resistências com relação ao continente devem-se às suspeitas de regimes comunistas em África, criando uma grande revolta civil. Esta crise também se deu devido ao americanismo presente nas aspirações da sociedade brasileira. “A base de apoio de Quadros (e Goulart) que o elegera, não o apoiava em seu projeto de política externa, sobretudo para a África, havendo menções aos regimes comunistas que tendiam a se implantar” (FREITAS; ALVES; VIEIRA, 2019, p. 92).

O esborço de uma política africana, de fato, tomaria forma no curso da ditadura civil-militar instaurada no país em 1964. Período este caracterizado como a quinta República, e que teve como seu primeiro presidente Castello Branco (1964-1967), sucedendo a João Goulart. O governo de Castello Branco pregava o dinamismo das ações voltadas para o continente africano que foi interrompido com o golpe militar sofrido no Brasil em 1964. “Castello Branco, o primeiro presidente do período militar, reverteu os avanços na diversificação das relações com outros países e voltou-se para a tradicional prática de alinhamento com os Estados Unidos e com Portugal” (SCHLICKMANN, 2017, p. 206). Para além desse alinhamento com os EUA e a Europa, o governo de Castello Branco não nomeou:

Um substituto para a embaixada em Gana após o retorno de Raymundo Sousa Dantas, que lá permaneceu entre 1961 e 1963, tornou-se exemplo da falta de formulação de uma política para a relação com o continente africano (SCHLICKMANN, 2017, p. 206).

Como o segundo presidente temos Arthur da Costa e Silva (1967-1969), que ficou conhecido pelas reformulações feitas nas diretrizes do Itamaraty, “pois a Política Externa Independente (PEI), implantada por seu antecessor não obteve sucesso, pondo o país em condição ainda mais dependente nas relações com os Estados Unidos” (SCHLICKMANN, 2017, p. 206). Como tentativa de anular o alinhamento automático com os EUA, ainda que de forma teórica, o governo de Costa e Silva colocou em prática o projeto denominado diplomacia da prosperidade, buscando novas alianças tanto políticas quanto comerciais. Via-se então, nos países africanos em especial, a oportunidade de alcançar os seus objetivos, tal e qual a expansão da sua zona de influência. “Dos países africanos em relacionamento comercial com o Brasil, os mais expressivos no período de 1967 a 1969 foram os da região da África do Norte (Argélia e Marrocos), África do Sul, Angola, Moçambique, Nigéria e Zâmbia” (OLIVEIRA, 1987). Com esse alinhamento, o Brasil almejava atingir novos mercados para a expansão dos seus produtos, bem como da sua ideologia.

Com isso, o governo de Costa e Silva reformulou a “Divisão de África, criada no governo de Jânio Quadros, desvinculada da Subsecretaria-Geral para Europa Ocidental e incluída em uma recém-criada subsecretaria exclusiva para África e Oriente Médio” (SANTANA, 2004, p. 104), aproximando assim mais uma vez a África do Brasil. O governo seguinte, de Garrastazu Médici (1969-1974), que se tornou o terceiro presidente militar do Brasil, “seguia como diretriz para as relações internacionais a ‘Diplomacia do Interesse Nacional’, programa pautado na inserção do país no sistema mundial, configurando-se peça importante no jogo político e econômico global” (SCHLICKMANN, 2017, p. 208). Foi necessária uma diversificação das alianças e ruptura ideológica do governo, dando protagonismo às suas relações comerciais e diplomáticas, a Europa Oriental, Japão, América Latina e especialmente a África.

Esse protagonismo das relações com a África se efetivou em 1972, com a “pioneira viagem de Gibson Barboza a nove países da África Ocidental – Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé (atual Benin), Zaire, Camarões, Nigéria, Senegal e Gabão – em novembro de 1972” (LARAMÃO, 2007, 46). Esta viagem demonstra o empenho do governo brasileiro na retomada das relações Brasil-África, quer no âmbito político quanto comercial, o que representou ganhos

⁸No que tange à “Divisão de África”, entre outras iniciativas, é a ela que se atribui em boa medida os ganhos ao Brasil naquele período, em que as exportações em direção ao continente africano aumentaram anualmente cerca de 20%.

significativos para o país. Foi com Ernesto Geisel (1974-79) que o país deu o salto para o chamado ‘pragmatismo responsável e ecumênico’, marcando o ápice das relações brasileiras e africanas. “O pragmatismo defendido por Geisel sugeria avaliar cada problema de forma particular, sem princípios rígidos, de acordo com a necessidade brasileira” (SCHLICKMANN, 2017, p. 211). Foi por intermédio desta mesma política que o país reconheceu em 1974 a independência da Guiné-Bissau, pondo fim ao Tratado da Amizade e Consulta feito com Portugal. “Poucos meses depois, uma embaixada foi criada em Guiné-Bissau, e com esse gesto, o Itamaraty preparou-se para uma investida na África de língua oficial portuguesa” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 69).

Caracterizado como o último presidente militar do Brasil, João Figueiredo (1979-85) demarcou aquela que seria a transição para a democracia. Figueiredo apenas deu continuidade às diretrizes já postuladas pelos seus antecessores, como no caso de Geisel, tentando diversificar as relações e parcerias comerciais brasileiras, ao ponto de expandir a autonomia brasileira em todos os continentes. Como discorrido até aqui e em linhas gerais, na senda da Política Externa Independente (PEI) é possível observar que as relações Brasil-África passaram a ser regidas pelo ‘pragmatismo responsável e ecumênico’, que tratou de ajustar a atuação exterior brasileira em consonância às transformações observadas no Sistema Internacional.

Em uma perspectiva racional, a adição do reconhecimento das independências dos territórios africanos ao cálculo de ação internacional do Brasil poderia trazer ganhos marginais significativos, caso comparado à manutenção de uma espécie de diplomacia cultural de vertente afetiva ou sentimental com Portugal (LEITE, 2018, p. 34).

João Figueiredo também ficou conhecido como sendo o primeiro presidente brasileiro e sul-americano a visitar o continente africano, isto em 1983, passando por: Senegal; Guiné-Bissau; Cabo Verde; Argélia e Nigéria. “Em sua gestão, 7 chefes de Estados africanos visitaram o Brasil e o país manteve relações diplomáticas com 45 dos então 52 países africanos. Havia 21 embaixadas brasileiras no continente, e 13 embaixadas de países da África em Brasília” (LECHINI, 2008, p. 57). Percebeu-se então que foi na ditadura civil-militar que se definiu efetivamente a política externa africana do Brasil.

Representando a transição de um regime autoritário para democrático, o governo de Sarney (1985-1990) deu continuidade às diretrizes deixadas pelos seus antecessores, mantendo os seus interesses em África. Assim como o seu antecessor, Sarney também viajou para alguns países africanos, a exemplo de Angola e Cabo Verde, além do fato deste ter recebido as visitas de alguns líderes africanos, de Cabo Verde, Argélia, Zaire (atual República Democrática do Congo), Moçambique e Namíbia (antigo Sudoeste Africano).

Sarney fez duras críticas ao regime de apartheid da África do Sul e liderou nas Nações Unidas o processo que culminou na declaração, em 1986, do Atlântico Sul como uma Zona de Paz e Cooperação, bloqueando o projeto de liderança da África do Sul na região (SARAIVA, 2012, p. 46).

Em 1986, Sarney defendia junto da ONU o fim do apartheid na África do Sul, tal e qual, condenara a tentativa de anexação da Namíbia.

Na questão da militarização do Atlântico Sul, o Brasil propôs a iniciativa da criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), depois formalizada por resolução da ONU, em 1986, a fim de promover cooperação regional em manutenção da paz e segurança na região (BRASIL, 2016, p. 56).

Em 1989 o governo de Sarney organizou o primeiro encontro dos Estados de língua oficial portuguesa, e nessa:

reunião realizada em São Luís do Maranhão em 1989, com a participação de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, no que viria a ser o embrião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (BRASIL, 2016, p. 57).

No final do governo Sarney e princípio de Fernando Collor (1990-92), as relações Brasil-África sofreram um retrocesso, marcado pela instabilidade vivida no Sistema Internacional, muito por consequência do pós-chaos sistêmico de 1973, o que acabou por estremecer as ligações políticas e comerciais. Na tentativa de mudar as alianças em África, já com Mandela livre da prisão e eleito Presidente do Congresso Nacional, “visita em 1991 o Brasil, ocasião na qual Collor anunciava o apoio irrestrito do povo brasileiro a todos seus compatriotas empenhados em fundar a democracia na África do Sul” (BRASIL, 2016, p. 58). Collor teve tempo ainda de visitar 4 países africanos: Namíbia, Angola, Moçambique e Zimbábue.

Essa crise perdurou até o governo de Itamar Franco (1992-95) que apesar das restrições criadas pelo Sistema Internacional, o que diretamente condicionou uma maior aproximação entre Brasil e África, Itamar tentou dar continuidade a esse laço histórico, político-comercial, se aproximando da África do Sul já no pós-Apartheid, aumentando com isso o fluxo comercial entre os dois. O Brasil também “participou de missões de paz da ONU no continente africano, em Moçambique, Uganda e Angola. Em 1994, deu continuidade ao encontro dos países de língua portuguesa, em reunião em Brasília e propondo a criação da comunidade, com sede em Lisboa” (BRASIL, 2016, p. 58).

Apesar da crescente crise vivida pelo Sistema Internacional e que afetara de forma direta os países do continente africano, reduzindo o fluxo comercial com o resto do mundo, a cooperação Brasil-África voltou novamente a ganhar novos contornos, isto já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) que para além da relação político-comercial, estendeu essa cooperação para outras áreas como saúde pública, educação, agricultura, indústria, administração pública, meio ambiente, energia e mineração, dentre outras.

Fernando Henrique foi à África 4 vezes, visitando África do Sul, Angola e Moçambique, sendo duas dessas visitas para compromissos multilaterais. O governo desestimulou a presença brasileira, deixando de fazer investimentos e concessões a empreendimentos e empresas (BRASIL, 2016, p. 60).

Cabe observar também que não houve um incentivo à carreira diplomática no período, considerando que 268 novos diplomatas tomaram posse sob os auspícios de Fernando Henrique. Além disso, 6 representações foram encerradas – Tanzânia (1995), Camarões (1999), Rep. Dem. do Congo (1997), Togo (1997), Tunísia (1999) e Zâmbia (1996), com a justificativa de pragmatismo na alocação de recursos limitados. Houve também, principalmente no segundo mandato de Fernando Henrique, intensificação da cooperação técnica do Brasil para países em desenvolvimento. A maioria dos 133 projetos de cooperação tinha como parceiros países africanos de língua portuguesa (BRASIL, 2016, p. 61-3).

Percebeu-se que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a política externa do Brasil para África sofreu uma inflexão, o que restringiu as relações brasileiras com o outro lado do Atlântico, provocando um distanciamento político e comercial. Marcadas sempre por altos e baixos, as relações brasileiras e africanas voltaram a ascender no período dos governos Luís Inácio Lula da Silva (2003-10), que deu uma nova imagem aos laços históricos e comerciais do Brasil com a África. Lula e seu chanceler, Celso Amorim, partem para um novo edificar das relações exteriores (uma política externa brasileira que fosse ativa e ativa na percepção do próprio chanceler) tanto político-diplomáticas quanto econômicas, que se deram em primeira instância com o ampliar dos números de embaixadas brasileiras em países africanos. Suas iniciativas acabam por seguir trilhas já pisadas, embora levemente esquecidas.

O governo Lula, com o chanceler Celso Amorim, irá retomar algumas iniciativas anteriores para a África, e aprofundá-las: a sua política externa para a África, de todo modo, leva em consideração o processo como um todo da política brasileira para África (BRASIL, 2016, p. 66).

Lula buscou diversificar as parcerias estratégicas brasileiras, colocando o continente africano como um parceiro importante para a política externa brasileira, levando em conta os laços históricos que os une. “A África, distante da imagem de estagnação que predominava na década anterior, passou a ser percebida como elemento essencial para a inserção internacional

brasileira” (AMORIM apud OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 134). O governo procurou também por intermédio das suas parcerias estratégicas, reduzir as assimetrias junto aos países africanos, além do que, contava com isso, alcançar novos mercados, e aumentar também o seu protagonismo a nível internacional. A ideia de reaproximação do Brasil com a África ficou destacado no discurso de tomada de posse do Lula, enfatizando que o Brasil “iria reafirmar os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades” (BRASIL, 2003, p. 10). Ficou claro então que:

Esse engajamento serviria também como forma de elevar o perfil internacional do Brasil, garantindo acesso a novos mercados e a vantajosas oportunidades econômicas, além de maior influência em foros multilaterais (BRASIL, 2011 apud OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 135).

Foi então por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que os projetos cooperativos do governo Lula foram levados a cabo. “No total, no período compreendido entre 2003 e 2010, o Brasil estabeleceu 481 projetos de cooperação com os países do continente africano, sendo 420 concluídos ainda dentro deste período” (OLIVEIRA, 2015, p. 34-5). Com isso, o Brasil tinha o apoio dos países da CPLP no seu desejo de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A cooperação Brasil-África nos governos Lula se deu em várias áreas, dentre elas a defesa, que demarcou o relançamento da ZOPACAS; a político-diplomática; técnica e comercial. Lula deu uma maior ênfase à diplomacia presidencial, tendo efetuado 12 visitas a países africanos (África do Sul, Angola, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Gana, Guiné-Bissau, Moçambique, Namíbia, Nigéria, São Tomé e Príncipe e Senegal).

No governo seguinte de Dilma Rousseff (2011-2016), a política externa do Brasil para a África parecia uma política de Estado, visto que pouco ou quase nada se alterou do governo anterior. Pode-se dizer que esta foi uma política de continuidade, porém, com uma intensidade menor se comparada ao governo de Lula.

Segundo Charles Hermann (1990), grande parte das mudanças que ocorrem nas políticas externas dos países se dão quando novos governos, com diferentes alinhamentos e/ou percepções do cenário e das agências internacionais, assumem o poder, sendo estas, em geral, bastante significativas. O autor afirma que as mudanças na política externa de Estado ocorrem por diferentes fatores, a saber: condução política dos líderes, reestruturação doméstica, reivindicação da burocracia e choques externos (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 133).

“A política externa para a África tomou forma, em sua gestão, quando a presidenta participou da reunião do IBAS, na África do Sul e visitou Angola e Moçambique em seguida” (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 136). Foi nesse mesmo ano que a presidente Dilma

promoveu a criação do grupo África, e ainda “designou Lula como representante oficial do Brasil na 17ª Cúpula da União Africana (UA), realizada na Guiné Equatorial” (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 136).

Devido a conjuntura vivida naquela época, como a crise econômica mundial, e as instabilidades políticas vividas no continente africano causadas em parte pela primavera árabe, houve um ajuste na política externa do Brasil para a África, mas as bases trazidas do período Lula se mantiveram. Dado a todo esse aparato, o governo de Rousseff ainda conseguiu, por intermédio da ABC, concluir 61 projetos trazidos da era Lula, e foi possível ainda dar sequência a 156 outros projetos em África. Estes números mostram-se muito significativos no reforço da importância das relações Brasil/África. Durante o período em que esteve no poder, Dilma Rousseff visitou 6 países africanos (África do Sul, Angola, Etiópia, Guiné Equatorial, Moçambique e Nigéria). O seu governo intensificou também a cooperação na área de defesa, além de outras que foram contempladas.

Dilma chegou a ser destituída por um processo de *impeachment*, o quinto no país,⁹ que colocou o seu vice Michel Temer no poder (2016-2018), fazendo com que “as pautas dos governos anteriores foram substituídas, de maneira geral, pelo projeto neoliberal descrito em *Uma Ponte para o Futuro*” (FUG, 2015 apud OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 140). No percurso dessa mudança percebeu-se que aquela que parecia ser uma política de Estado, como acima mencionada, não passava de apenas uma política de governo. “Com a alteração de foco, Temer pouco exerceu a diplomacia presidencial para o continente, com apenas duas visitas (ambas em 2018), uma a Cabo Verde e outra à África do Sul, relativa aos BRICS” (BRASIL, 2018 apud OLIVEIRA; MALLMANN, 2020, p. 141). 40 foi o número de projetos assinados durante o governo Temer, demarcando uma ruptura se comparado com os governos anteriores.

Temer foi substituído pelo presidente em exercício, Jair Bolsonaro, que assim como o seu antecessor, desligou-se das relações que o país havia construído com o continente africano. Bolsonaro deu sequência ao projeto americanista de Temer. Durante os seus três anos de mandato, o presidente Jair Bolsonaro ainda não fez nenhuma visita oficial a países africanos, o que deixa bem claro a sua posição quanto à África na política externa brasileira. Entre avanços e recuos, fluxos e refluxos, versos e reversos, as relações Brasil/África atingiram o seu auge na década de 1970 com Ernesto Geisel, e declinou nos governos seguintes, o que só fora dado um novo auge a partir de 2003 com os governos Lula e Dilma (2003-2016). Hoje, na era Bolsonaro,

⁹ Durante toda a sua história republicana, o país já assistiu cinco aberturas de processos de *impeachment*, mas nem todos foram necessariamente concluídos: Getúlio Vargas (1954), Carlos Luz (1955), João Café Filho (1955), Fernando Collor de Mello (1992) e Dilma Rousseff (2016), pontuando que somente nesse último o processo de *impeachment* chegou a ser aplicado integralmente.

vemos uma relação tímida e/ou quase inexistente, sem indícios de um novo auge. Pode-se dizer que mais uma vez as relações brasileiras e africanas foram relegadas à letargia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de tudo, geralmente são complexos e quase sempre nada consensuais os mais diversos assuntos discutidos no campo de estudos de Relações Internacionais, assinalando que a complexidade já pode aparecer nessa questão de saber que Relações Internacionais estudam relações internacionais. Nesta disciplina, não há muito consenso em relação a praticamente nada, pois seu objeto de estudo, suas teorias, seus métodos de pesquisa etc., geralmente suscitam divergências e dissensos tanto entre internacionalistas e demais estudiosos e profissionais do setor de relações internacionais, como até mesmo entre os cidadãos comuns, haja vista que neste mundo globalizado as questões internacionais afetam direta ou indiretamente a vida de todos, e em qualquer lugar do globo, independentemente de nossos desejos e preferências, o que leva a esmagadora maioria a interessar-se de certo modo pelo internacional.

A partir dos estudos das mais diversas teorias de Relações Internacionais, seus assuntos e atores também, entendemos que as políticas interna e externa de uma determinada unidade do sistema internacional (Estado) não encontram-se desvinculadas, de modo que a política externa/internacional de um certo Estado nada mais é do que o reflexo de sua política doméstica, e se esta não for boa aquela não será tão eficiente, aprimorada e angariadora de ganhos e vantagens concretos, de longo alcance e prazo a uma determinada comunidade política organizada. Aliás, como já pontuaram alguns estudiosos, a distinção entre o que acontece na política nacional e internacional não é de qualidade, mas sim de grau.

A nossa linha de raciocínio nos leva primeiramente a analisar e compreender o contexto político nacional de um Estado, para subsidiariamente avançar para o estudo de sua política internacional. No caso dos nossos países em tela, ou seja, países africanos e o Brasil, de antemão nota-se que são países grosso modo que carecem das chamadas políticas de Estado, e com elevadas recorrências de políticas governamentais, marcadas por discontinuidades e pouca aptidão na resolução de problemas estruturais que ordinariamente caracterizam os designados países do Sul global. Constata-se igualmente que o Brasil, bem como os países africanos, naturalmente a depender de variações, têm as suas políticas domésticas rotineiramente grifadas por inconsistências e defasagens, alguns deles até mesmo com razoáveis crises políticas, desequilíbrios econômicos, tensões sociais, choques culturais e religiosos etc., o que em grande medida impactam negativamente e de forma direta ou indireta as suas políticas externas, levando muitas vezes a resultados pífios e pouco abonatórios.

Posto esse cenário, o levantamento de alguns apontamentos a respeito das relações histórico-políticas Brasil/continente africano nesses últimos cinco séculos, aponta obviamente avanços e recuos, em que fica a percepção de muitos momentos mais assinalados com discursos do que práticas. Houve muitos ganhos, mas tendo em conta alguns fatores já indicados, entre outros, tais ganhos poderiam ser bem maiores e melhores, com respostas de fato eficazes para os muitos e similares problemas concernentes aos atores estatais, objetos do nosso trabalho. Decerto não acreditamos que o desenvolvimento de um país ou a resolução dos problemas (estruturais) de um determinado Estado passa (necessária e/ou totalmente) pela via da cooperação internacional, na medida em que somos da mesma visão daqueles que veem o desenvolvimento como um projeto endógeno e não exógeno. Entendemos que a cooperação internacional serve mais de complemento na busca de maximização dos objetivos e redução de custos de um ator estatal na arena política internacional, mas não necessariamente um mecanismo definitivo e cabal na busca do desenvolvimento.

O longínquo primeiro ciclo das relações Brasil/África – séculos XVI-XIX – ficou séria e drasticamente marcado pelo fenômeno da escravaria, fenômeno este que não só naquele momento não trouxe nenhuma vantagem para o continente africano, nem para os africanos desterrados no Brasil, e em boa medida são os corolários redutores desse fenômeno que estão na origem do persistente subdesenvolvimento tanto dos países africanos como do Brasil. Dos três ciclos considerados neste trabalho, este é o mais longo e seguramente de relações mais estreitas.

Já a segunda etapa que começa de forma geral nos finais do século XIX, e mais concretamente com “abolição”¹⁰ da escravidão no Brasil (1888) e a proclamação da República brasileira (1889), e estende-se até os anos 1950/60 (“descolonização” da África), é mais conhecido por ser o período de maior afastamento e relaxamento nas relações Brasil/África, em boa medida por causa do fim do comércio negreiro e início da colonização do continente africano, o que levou ao “fechamento” do mesmo por parte das potências coloniais europeias de então. Mas, não podemos deixar de apontar também o desinteresse político brasileiro em se aproximar de fato do continente africano nesse período pós-escravaria, e uma das explicações para isso pode residir no fato de internamente o país ter demorado muito para reconhecer a sua fortíssima herança africana, reconhecimento esse que é imprescindível para a compreensão do Brasil de acordo com Alberto da Costa e Silva. O autor entende que não daria para compreender o Brasil sem antes levarmos em consideração o elevado legado africano no país. Ademais, nesta

¹⁰Preferimos colocar abolição entre aspas, pois de acordo com Joaquim Nabuco (1849-1910), um dos primeiros abolicionistas, mais do que abolir o escravagismo, precisamos combater os reflexos da escravidão, o que infelizmente só agora no século XXI o Brasil vem fazendo de forma mais evidente e contundente, por assim dizer, e tudo aponta que o caminho ainda é longo e penoso, ou seja, no quesito da questão dita racial diríamos que o país tem um enorme passado pela frente, como assinalara Millôr Fernandes ao fazer alusão à questão do saneamento (básico) no Brasil.

fase aparece ainda o compromisso assumido com Portugal de não ingerência nos assuntos concernentes aos territórios coloniais lusitanos na África, o que foi um grande empecilho para a afirmação da política africana do Brasil. Aliás, de frisar que no estudo da política internacional Brasil/África, especificamente com as antigas colônias portuguesas, Portugal aparece em meio a isso tudo, o que torna inevitável compreendermos os laços históricos entre Brasil e Portugal.

A terceira e última etapa pode ser localizada mais ou menos dos anos 1960 até a atualidade, fase em que se considera haver a consolidação da chamada política africana do Brasil, com Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-4) sistematizando tal política, em que em 1961 o primeiro criou o que ficou conhecida como a “Divisão de África” no seio do Itamaraty. Levando em conta elementos já indicados acima, nota-se que as conjunturas políticas brasileiras (e africanas também) provocaram sempre rupturas e avanços nesta fase de estruturação da cooperação internacional entre o *mainland* sul-americano e seus parceiros da outra faixa do Atlântico baixo e médio. Utilizando aqui os conceitos do intelectual bissau-guineense Carlos Lopes, de fatores fraturantes e fatores estruturantes, fica evidente na nossa perspectiva como há consideráveis fatores fraturantes e estruturantes, particularmente os primeiros, que serviram (e servem) de óbice a um bom aprimoramento das políticas externas de tais Estados, o que poderia lograr mais resultados palpáveis no âmbito interno, e maior legitimidade, admiração e reconhecimento da parte de outros atores no cenário político internacional.

Consideramos ser plausível um paralelo entre as reflexões de Lopes e Dennison de Oliveira, quando este utiliza as categorias “permanências” e “mudanças” ao analisar a história política do Brasil, enfim, ilustrando os pontos frágeis e fortes dos ciclos políticos brasileiros, no intuito de evidenciarmos e sustentarmos mais as nossas análises, em que neste caso em específico os tais fatores fraturantes (que deveriam ser eliminados ou então seus impactos geralmente nefastos) estariam para as permanências da mesma forma que os fatores estruturantes (que deveriam permanecer) iriam ao encontro das mudanças.

Posto isso, indubitavelmente que a política internacional Brasil/África trouxe consideráveis ganhos para os seus proponentes, porém, ainda um tanto distante de explorar toda a sua potencialidade e, conseqüentemente, apresentar soluções objetivas e concretas para os seus ainda muitos e análogos problemas. Entre condições materiais e imateriais, políticas de governos e de Estados etc., para que a cooperação entre o Brasil e seus parceiros africanos seja do mais alto nível, de modo a suprir as necessidades reais de suas populações, podemos assinalar que há mais condições materiais do que imateriais, menos políticas de Estados do que de governos, associadas muitas vezes à ausência de coerência, ousadia e coragem, aptidão e determinação, daí muitas oportunidades perdidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Alzira de; LAMARÃO, Sérgio (org). **Personalidades da política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. África, números do tráfico atlântico. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, s/p.

BITELLI, Júlio Glinternick. A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses. In: DANESE, Sérgio França (org.). **Ensaio de história diplomática do Brasil (1930-1986)**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, IPRI, 1989.

BRASIL, Henrique Gerken. **Relações externas Brasil-África: da política externa independente ao governo Lula**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

FERREIRA, Roquinaldo. África durante o comércio negreiro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, s/p.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio Carlos Moraes. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, n° 39, p. 57-81, 2007.

FREITAS, Gustavo Gordo de; ALVES, Isabella Silvano; VIEIRA, Paulo Roberto. Discurso e prática na política externa brasileira para a África entre 1961 e 1967: da demagogia à negação. **O Cosmopolítico**, v. 6, n.1, p. 87-99, 2019.

GONÇALVES, Williams. **Relações internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, Vol. 34, (1): 3, 1990.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África? Entrevista com René Holenstein**. Porto: Campo das Letras, 2006.

LECHINI, Gladys. O Brasil na África ou a África no Brasil? a construção da política africana pelo Itamaraty. 2008. Disponível em: <http://nuso.org/articulo/o-brasil-na-africa-ou-a-africa-no-brasil-a-construcao-da-politica-africana-pelo-itamaraty/>

LEITE, Fernando Sousa. O Brasil olha para a África: luso tropicalismo na abertura da política externa brasileira para o continente africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 3, n. 5, p. 33-47, 2018.

LIMA, Mônica. O Brasil e a África do século XIX: relações políticas e sociais. A África na cultura europeia do século XIX. In: JORGE, Nedilson (Org.). **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018, p. 253-291.

MEDEIROS, Klei [et al.]. **Relações internacionais para educadores: África em foco**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

OLIVEIRA, Dennison de. **História do Brasil: política e economia**. Curitiba: Ibepex, 2009.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinícius Henrique. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Rev. Carta Inter.**, v. 15, n. 3, p. 129-150, 2020.

OLIVEIRA, Henrique Altermani de. **Política externa brasileira e relações comerciais Brasil-África**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, USP, 1987.

RIZZI, Kamilla Raquel; BUENO, Patrick. A ambigüidade frente às colônias africanas de Portugal (1953-1985): aspectos definidores da política africana do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 4, n. 8, p. 135-155, 2019.

SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a câmara de comércio afro-brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003.

SARAIVA, José Flávio S. **África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCHLICKMANN, Mariana. Divisão África: as diretrizes da política externa brasileira para o continente africano durante a ditadura militar no Brasil (1964–1985). **Rev. Cadernos de Campo**, n. 23, p. 203-216, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio (Orgs). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEIBERT, Gerhard; VISENTINI, Paulo Fagundes (Eds.). **Brazil-Africa relations: historical dimensions and contemporary engagements from the 1960s to the present**. Woodbridge, Inglaterra: James Currey, 2019.

SILVA, Alberto da Costa e. O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, p. 21-42, 1994.

SILVA, Alberto da Costa e. **A África explicada aos meus filhos**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **“Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente”**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DOCUMENTOS

BRASIL. Discurso de posse do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>.

Recebido em: 03/07/2021
Aprovado em: 09/11/2021